

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005484-03.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **João Marcelo da Cruz**
Requerido: **Banco Cetelem S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra débitos lançados em seu benefício previdenciário pelo réu para quitação de empréstimo que refuta ter celebrado.

Almeja à restituição em dobro do que lhe foi descontado a esse título e ao ressarcimento dos danos morais que teria suportado.

Já o réu na peça de resistência sustentou a regularidade da contratação levada a cabo pelo autor consistente em empréstimo consignado via cartão.

Os documentos de fls. 51/54 cristalizam o ajuste negado pelo autor, extraindo-se deles inclusive assinaturas que não foram contestadas.

Aliam aos mesmos os documentos de fls. 110/113 que atestam a disponibilização ao autor de quantias por parte do réu, oriundas da contratação impugnada, bem como o saque das mesmas concretizado por ele.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O quadro delineado conduz à rejeição da postulação vestibular.

Com efeito, há nos autos provas materiais que respaldam a explicação do réu e dão conta (1) de que o autor contraiu empréstimo junto a ele e (2) de que usufruiu das importâncias daí decorrentes.

Nem se diga que o réu não teria respeitado o direito de informação do autor em sua plenitude ou que este não teve a perfeita compreensão do que foi avençado porque nada confere verossimilhança a essas ideias.

Ao contrário, a circunstância de auferir o benefício pleiteado perante o réu evidencia que o autor sabia o que estava fazendo, não podendo apenas agora voltar-se contra situação a que espontaneamente deu causa.

Ressalvo, por fim, que à míngua de demonstração consistente do elemento subjetivo indispensável à configuração da litigância de má-fé a condenação do autor a essas penalidades não se justifica.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 21/22, item 1, oficiando-se desde já ao INSS independentemente do trânsito em julgado da presente.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 27 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**